

## DINHEIRO 'ESQUECIDO'

Ainda aguardam resgate  
mais de R\$ 7 bilhões

VALORES - Até abril, R\$ 3,93 bilhões foram devolvidos de um total de R\$ 11 bilhões

Mais da metade dos recursos "esquecidos" no sistema financeiro por cidadãos e empresas não foi resgatado desde que o Banco Central (BC) criou o Sistema de Resgate de Valores a Receber (SRV). O mecanismo permite que os titulares do dinheiro possam reaver as quantias que foram deixadas de lado no sistema financeiro.

**Apenas 643,1 mil contas, ou 1,37% do total, têm valores para resgatar acima de R\$1.000,01**

Até abril, apenas R\$ 3,93 bilhões foram devolvidos, de um total "esquecido" de R\$ 11 bilhões, segundo estatísticas do Banco Central. Ou seja, R\$ 7,08 bilhões continuam de posse da autoridade monetária, aguardando o resgate.

A maior fatia das cifras a receber (R\$ 5,7 bilhões) é de pessoas físicas e envolvem 36,1 mil beneficiários. As empresas respondem por R\$ 1,3 bilhão e somam um total de 2,7 mil CNPJs (Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas).

Os bancos são os principais detentores do dinheiro ainda

não devolvido. Eles reúnem R\$ 4,1 bilhões, seguidos pelas administradoras de consórcios (R\$ 2,1 bilhões), cooperativas (R\$ 635,1 milhões), financeiras (R\$ 93,8 milhões) e também por instituições de pagamento (R\$ 76,4 milhões).

Em número de beneficiários que ainda não resgataram os valores, os bancos reúnem 26,4 milhões de pessoas físicas e jurídicas, seguidos pelas administradoras de consórcios (8,2 milhões) e pelas financeiras (3,2 milhões).

De março para abril, o dado mais atualizado do Banco Central, o volume de recursos disponível para resgate aumentou 12%. Em março deste ano, eram R\$ 6,3 bilhões e em abril, R\$ 7,08 bilhões

## PESSOAS FÍSICAS

Os dados do Banco Central mostram que, dos R\$ 3,93 bilhões devolvidos até agora, a maior parte (R\$ 2,94 bilhões) foi embolsada por pessoas físicas.

Foram 13,4 milhões de CPFs (Cadastros de Pessoas Físicas) no total. No mesmo período, as cifras das pessoas jurídicas somaram R\$ 984,5 milhões e foram destinadas a 493,1 mil empresas.

De março para abril deste ano, houve uma queda significativa de 48,7% no total de valores devolvidos. Em março haviam sido devolvidos R\$ 505 milhões e, em abril, foram outros R\$ 259 milhões.

Segundo o Banco Central, a maioria dos beneficiários do SVR têm valores abaixo de R\$ 10 para resgatar. O relatório do BC aponta que 29,2 milhões de contas, o equivalente a 62,55% do total, têm menos de R\$ 10 em valores "esquecidos" a serem resgatados.

Na outra ponta, apenas 643,1 mil contas, ou 1,37% do total, têm valores para resgatar acima de R\$ 1.000,01.



## Saldo

Segundo o Banco Central, 29,2 milhões de contas, o equivalente a 62,55% do total, têm menos de R\$ 10 em valores "esquecidos" a serem resgatados.

## DESENROLA

## Bradesco, Santander e Itaú vão aderir ao programa; Caixa e BB avaliam soluções

SÃO PAULO  
Agência Estado

Bradesco, Itaú e Santander, os três maiores bancos privados do Brasil, confirmaram que pretendem aderir ao Desenrola, o programa de renegociação de dívidas do governo federal, lançado oficialmente na terça-feira (6). No entanto, os dois bancos estatais, o Banco do Brasil e a Caixa, não declararam adesão ao programa.

O Banco do Brasil informou, em comunicado, que apoiou o governo federal na concepção e modelagem do Programa Desenrola, em conjunto com as demais instituições financeiras, por meio da Febraban, entidade que representa os bancos.

Porém, o BB aguarda a regulamentação do Programa para formalizar sua habilitação e dar início à sua operacionalização, diz nota.

"O Banco vai ampliar, sob o Desenrola, as soluções de renegociação de dívidas disponíveis a todos os nossos clientes".

A Caixa informou, por meio de nota, que os impactos operacionais e financeiros da Medida Provisória 1.176, que regulamenta o programa estão em avaliação pelo banco.

De acordo com o comunicado, a Caixa "participa ativamente de reuniões conjuntas com Febraban e Ministério, com o objetivo de contribuir para a construção de solução alinhada à premissa de atendimento qualificado aos clientes e ao planejamento estratégico desta instituição".

## INADIMPLENTES

O programa Desenrola permitirá a participação dos bancos para a negociação

das dívidas dos clientes e para a compra de débitos na plataforma que será aberta aos devedores.

Devem ser beneficiados cerca de 30 milhões de CPFs (Cadastros de Pessoa Física) negativados. Hoje, existem no País mais de 70 milhões de inadimplentes, segundo dados da Serasa Experian.

Em comunicado, assinado pelo seu presidente, Isaac Sidney, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disse que o programa de renegociação de dívidas "está em linha" com as tratativas feitas nos últimos meses entre o governo federal e a entidade.

"Quando entrar em operação, os bancos darão sua contribuição para que o Desenrola reduza o número de consumidores negativados e ajude milhões de cidadãos a diminuir suas dívidas", afirmou o executivo em comunicado.



Em visita a Belém, o conselheiro Júlio Pinheiro dialoga com o TCE e o TCM do Pará sobre sustentabilidade

## ENTREVISTA

## TCE-AM defende ações de controle ambiental

ENIZE VIDIGAL  
Da Redação

Os Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) e dos Municípios (TCMs) podem e devem atuar no controle ambiental. O assunto foi tratado pelo conselheiro de contas do estado do Amazonas, Júlio Pinheiro, em visita a Belém na segunda-feira (5), Dia Mundial do Meio Ambiente. Desde 2009 o TCE-AM atua o controle ambiental.

Em Belém, Júlio Pinheiro participou do painel "Pará-Brasil e os Tribunais de Contas: Sustentabilidade diante dos desafios globais", durante a abertura da programação "Junho Verde", do governo do estado do Pará. Confira a entrevista. A versão em vídeo pode ser acessada no Liberal Entrevista, disponível no LibPlay, do portal OLiberal.com.

O que os Tribunais de Contas têm a ver com a pauta ambiental?

Os Tribunais de Contas têm atuado de forma diferenciada a partir da Constituição de 88, com a inserção do capítulo exclusivo sobre o meio ambiente. Os tribunais passaram a fazer, além da fiscalização contábil, orçamentária e financeira, também a operacional e a patrimonial. Tivemos um incremento naquela antiga fiscalização da aplicação do dinheiro público. Isso fez com que pudéssemos ajudar na governança dos estados, sendo um tribunal mais orientador, que atua na prevenção, ajudando o poder público a cumprir as leis.

De que forma vocês atuam no controle ambiental?

O Tribunal dos Amazonas já faz o controle ambiental há muitos anos. Nós aferimos o contrato celebrado entre as partes, mas também na governança e fiscalização. Por exemplo, a Lei de Licitações (Lei 8.666) prevê que a licitação tem que obedecer a isonomia, o menor preço e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e passou, após 2010, a uma visão mais abran-

gente da promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Aí estão as nossas responsabilidades de aferir o que temos de patrimônio ambiental preservado e devastado. Essa atuação do Tribunal de Contas, que é moderna e diferenciada, é uma visão preventiva, precautória que faz com que o dano ambiental não ocorra a partir do momento das nossas ações positivas.

E, agora, estamos diante de um desafio de fazer o Brasil e o Pará ser sede da COP 30. Nós, do Amazonas, estamos conversando com os nossos colegas de todo o Brasil para desenvolver atividades que ajudem a preservar melhor o meio ambiente, garantindo a qualidade de vida às presentes e às futuras gerações.

Como está sendo a conversa com o TCM-PA e o TCE-PA?

Sob o ponto de vista do controle preventivo, fomos os precursores. Os conselheiros do Pará têm sido muito receptivos. O caminho é de somarmos esforços para mostrarmos que os Tribunais de Contas podem ajudar muito para que não haja eventos ambientais danosos. Nós podemos nos antecipar a todos eles, desde o nascedouro, na licitação, na aferição dos impactos ambientais, no acompanhamento das obras públicas.

O senhor acha que a pauta ambiental nos Tribunais de Contas tende a se fortalecer com a COP 30 chegando ao Brasil?

Eu não tenho dúvida. Estamos fincados na maior reserva hidromineral, florestal e de biodiversidade do mundo. A COP vai ser a oportunidade e o Pará a porta de entrada dessa oportunidade. Conversamos com o governador do Pará empenhados em fazer uma COP que possa mostrar a liderança do Brasil com relação às boas práticas de prevenção de danos e de proteção do meio ambiente.

Soluções  
Jurídicas  
em Geral

GAMAMALCHER.

Desde 1898

Av. Visconde de Souza Franco,  
nº 5, 24º andar, Umarizal.  
Belém, Pará. CEP 66055-005.  
Tel.: (91) 3223-2800.  
contato@gmalcher.com  
gmalcher.com